

A revisão do orçamento fiscal

70 ABR 1990
por Arnolfo Carvalho
de Brasília

A revisão dos atuais orçamentos fiscal, de seguridade social e de investimento das estatais terá de compatibilizar nas próximas semanas a exigência de um superávit operacional de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) com o estrangulamento orçamentário anterior, que deixou a União sem verbas para pagar o funcionalismo a partir de junho próximo, sem falar nos gastos com custeio e investimentos.

"Teremos de rever todas as despesas e receitas em razão das novas metas e das mudanças macroeconômicas decorrentes do plano de estabilização, já que o déficit público anteriormente embutido nos orçamentos partia de algo como 2% do PIB e tendia a crescer diante da inflação existente nos primeiros dois meses e meio deste ano", disse ontem a este jornal o secretário de Planejamento, Marcos Gianetti Fonseca.

O novo diretor do Departamento Nacional de Orçamentos, Cláudio Porgieri, está coordenando o trabalho de traduzir para os orçamentos federais deste ano os impactos do plano de estabilização sobre os gastos e as receitas daqui em diante.

A zeragem do déficit público e sua substituição pelo superávit de 2% dizem respeito não só ao governo central mas também às contas das estatais, gover-

nos estaduais e prefeituras. A revisão dos orçamentos federais — que deverá ser submetida ao Congresso até meados do ano, de acordo com a comissão mista de orçamento — incluirá não só esse redimensionamento de receitas tributárias, encargos da divi-

da mobiliária e despesas não financeiras, decorrentes do plano de estabilização, mas também as novas bases de relações financeiras entre a União e as estatais, bem como entre o governo federal e os governos de estados e municípios.

O trabalho em cima dos

GAZETA MERCANTIL

orçamentos deste ano leva em conta, segundo Gianetti Fonseca, os novos parâmetros traçados no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1991, entregue nesta semana ao Congresso e prevê um superávit de 1% do PIB.

A proposta ao Congresso de fixar parâmetros que impeçam os orçamentos de reservar dotações da União para cobrir parte dos débitos externos dos estados e municípios, com aval do Tesouro, é um dos pressupostos considerados importantes para a geração de superávit orçamentário em termos operacionais.

"Independentemente do que venha a ocorrer com a renegociação da dívida externa, a proposta é que cada esfera da administração pública assumam suas dívidas sem o aporte de recursos orçamentários da União", disse o secretário do Planejamento. Técnicos da área orçamentária entendem que, assim, o governo federal está sinalizando aos estados e prefeituras com a necessidade de ajustes orçamentários também naquelas esferas da administração pública.

Com a estabilização econômica representada pelo fim da inflação os governadores e prefeitos precisam resistir às pressões — provenientes inclusive de interesses políticos voltados para as eleições de outubro próximo — para utilizar os ganhos de receita em novos gastos, tanto com custeio quanto com investimentos.